

José Cruz



Antonio Carlos preside reunião da Comissão de Constituição e Justiça que aprovou ontem diversos projetos

"É um prêmio ao senador Paulo Paim, por toda a sua luta contra o racismo e pela igualdade", afirma o relator Rodolpho Tourinho

CCJ aprova Estatuto da Igualdade Racial

A adoção de mecanismos para promover a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho e instituir o sistema de cotas para afro-brasileiros nas universidades públicas está contemplada no estatuto, que poderá seguir diretamente ao exame dos deputados. O projeto é de Paulo Paim (foto). **Página 8**



J. Freitas

CPI insiste que Visanet irrigou valerioduto

O comando da CPI dos Correios apresentou extratos bancários e notas fiscais para comprovar a informação de que R\$ 10 milhões da Visanet abasteceram o valerioduto. Advogado de Marcos Valério entregou documentos à CPI do Mensalão tentando provar o contrário.

Página 4

Ex-ministro revela uso de caixa dois em 11 campanhas

O ex-ministro dos Transportes e atual prefeito de Uberaba, Anderson Adauto, afirmou ontem que, quando ainda integrava o governo Lula, recebeu R\$ 410 mil de Delúbio Soares. O dinheiro – não declarado ao Imposto de Renda nem à Justiça Eleitoral – teria sido usado para saldar dívidas da campanha a deputado federal em 2002. Adauto revelou também à CPI do Mensalão ter usado recursos do caixa dois em 11 campanhas eleitorais.

Página 4



Anderson Adauto (D) presta depoimento à CPI do Mensalão sob o olhar atento do senador Amir Lando

José Cruz

Jane Araújo



Entre as propostas aprovadas pelo Plenário, estão alteração no Código do Consumidor e indicação de autoridades

Plenário acolhe 25 propostas

Em dia de trabalho intenso, o Plenário do Senado aprovou ontem 25 propostas, entre elas indicações de nomes para a direção do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Outro projeto acolhido facilita o trabalho da Polícia Federal e das Forças Armadas em unidades de conservação situadas nas fronteiras do país, como os parques florestais. Os senadores aprovaram também a programação monetária do governo federal para os últimos três meses deste ano. **Página 3**

Viana é contra flexibilização do uso da talidomida

O senador Tião Viana apóia o Conselho Nacional de Saúde por determinar a interrupção imediata do processo de consulta pública sobre a flexibilização do uso da talidomida. O remédio pode causar má-formação do feto.

Página 7

Missão da Nigéria visita o Senado para obter informações que auxiliem a construção de lei fiscal naquele país



Nigerianos são recebidos por Renan Calheiros, Ney Suassuna e Teotônio Vilela Filho

Nigerianos buscam dados sobre lei fiscal

Acompanhados do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), o presidente da Câmara dos Deputados da Nigéria, Aminu Bello Masari, governadores e ministros daquele país visitaram ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros, para discutir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com Aminu Masari, Brasil e Nigéria têm grandes semelhanças e o modelo brasileiro

de lei de responsabilidade fiscal é um valioso exemplo a ser seguido. Ele acha possível conseguir apoio parlamentar em seu país para construir uma lei semelhante.

– A Nigéria é um país irmão, que, no passado, trouxe para cá os ancestrais de muitos brasileiros. É com muito orgulho que nos colocamos à disposição para ajudar nesse processo legislativo – disse Suassuna.

Renan: vamos votar logo MP da Super-Receita

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou a jornalistas que se esforçará para que a Casa vote logo a Medida Provisória 258, que centraliza a arrecadação de tributos e contribuições previdenciárias, conhecida como MP da Super-Receita e aprovada na terça-feira pela Câmara.

Sobre a prorrogação da CPI dos Correios, o presidente do Senado disse que essa é uma decisão do Legislativo.

CNI quer parcelamento de dívidas na MP 258

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Queiroz Monteiro Neto, esteve no Senado para defender a inclusão de programa de parcelamento das dívidas das micro, pequenas e médias empresas na Medida Provisória 258/05, aprovada pela Câmara e a ser votada ainda pelo Senado.

Renan Calheiros afirmou que vai reunir as lideranças para discutir a proposta da CNI.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Plenário

Às 9h, no Plenário da Câmara dos Deputados, o Congresso se reúne para, entre outros itens, votar créditos suplementares.

O Plenário do Senado tem sessão hoje às 14h e deve votar propostas de emendas constitucionais, entre elas a que concede licença-

maternidade e licença-paternidade em casos de adoção e a que amplia a vigência do Fundef – PECs 31/00 e 29/02, respectivamente.

CPI divulga relatório sobre origem do dinheiro

Em reunião administrativa às 10h, a CPI dos Correios divulga o relatório parcial da Sub-Relatoria de Fontes Financeiras, que, conforme antecipado pelo relator, desmonta a tese de que o valerioduto foi alimentado por empréstimos. Às 9h, a CPI do Mensalão ouve Paulo Antônio Bassoto, assessor do tesoureiro do PT no Rio Grande do Sul e apontado na lista de Marcos Valério como beneficiário do esquema de financiamento irregular.



CPI dos Bingos ouve Poeto

A CPI dos Bingos reúne-se às 10h30 para ouvir Vladimir Poeto, envolvido em denúncias publicadas pela revista *Veja* na última semana de que o PT alimentou

parte do seu caixa dois com dólares trazidos de Cuba em caixas de uísque. O suposto esquema ficou conhecido entre os parlamentares como Operação Havana.



Acordos internacionais e indicação de embaixador

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul analisa os relatórios sobre acordos internacionais às 9h. Às 9h30, a Comissão de Relações Exteriores decide sobre a indicação de Edgar Telles Ribeiro ao cargo de embaixador do Brasil na Tailândia e, cumulativamente, nas Repúblicas de Myanmar, Laos e Camboja.

Médico do teste do pezinho fala aos parlamentares

O médico Barry Wolf, que identificou a biotinidase, doença diagnosticada pelo teste do pezinho, vai à Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde às 14h. Às 14h30, o grupo de trabalho que discute a obrigatoriedade de contrapartida ambiental para a colocação de pneus no mercado interno promove audiência com representantes de ministérios e do setor de pneus.



Atenção à hepatite

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa, entre outros, projeto que define as diretrizes da Política de Prevenção e Atenção Integral à Saúde da Pessoa Portadora de Hepatite (PLC 50/05) e medida que cria o Fundo Brasil de Cidadania e seu conselho deliberativo (PLS 82/99).

Recriação da Sudene

A recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) é um dos temas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), às 10h. A Sudene, idealizada por Celso Furtado, ministro do governo João Goulart, funcionou de dezembro de 1959 a maio de 2001.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Papaléo Paes, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e João Alberto Souza

Combate à pirataria ganha dia nacional

Foi aprovado ontem pelo Senado projeto de lei da Câmara que institui o dia 3 de dezembro como Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria. Nessa data deverão ser concentradas as ações de reflexão e de repressão a essas atividades. A autora do projeto (PLC 63/05), deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), diz que a pirataria e a biopirataria são prejudiciais ao desenvolvimento científico, ao comércio e à arrecadação do governo.

Acordo internacional isenta países de taxa

Ratificado ontem pelo Senado, em votação simbólica do Projeto de Decreto Legislativo 370/05, acordo internacional que isenta os cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) de pagamento de taxas para a obtenção de Autorização de Residência. O acordo vale mutuamente para Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

Comissão temporária vai analisar segurança

A Comissão Temporária Interna de Segurança Pública foi criada ontem pelo Senado por sugestão da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), com a finalidade de estudar os problemas de segurança do país. De iniciativa do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), foram aprovados votos de solidariedade à jornalista americana Judith Miller, presa por defender a liberdade de imprensa, e ao povo japonês e demais vítimas das bombas atômicas lançadas em Hiroshima e Nagasaki.

Regime de urgência para empréstimo

Requerimento de urgência para a apreciação do Projeto de Resolução 44/04, que autoriza o governo do Maranhão a contrair empréstimo junto ao Banco Mundial (Bird), foi aprovado ontem pelo Senado. A matéria deve ser votada na próxima quarta-feira, mas acordo de liderança poderá antecipar a sua apreciação para hoje, quando a Casa realiza sessão deliberativa às 14h.

Senadores reclamam da morosidade do Cade e elogiam renovação do órgão. Plenário também acolhe modificações no Código de Defesa do Consumidor

Senado aprova indicações para o Conselho de Defesa Econômica

As mensagens presidenciais indicando Arthur Badin para o cargo de procurador-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e de Luís Fernando Schuartz para conselheiro do órgão foram aprovadas ontem pelo Senado. Vinculado ao Ministério da Justiça, o Cade é responsável pelo julgamento de crimes contra a defesa econômica.

Badin é bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, especializado em Direito Empresarial pela PUC de São Paulo e em Defesa da Concorrência e

Regulação pela Fundação Getúlio Vargas. Schuartz é bacharel em Direito e também em Matemática, além de doutor em Direito.

Experiência

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), ressaltou que o conselho precisa de profissionais com experiência, ao afirmar que tanto Badin como Schuartz apresentam esse perfil profissional. O senador Gerson Camata (PMDB-ES) aplaudiu a renovação do órgão, lembrando que o estado do Espírito Santo foi vítima da inexperiência de

membros do conselho em relação a um caso que envolvia a Nestlé. Ney Suassuna (PMDB-PB) se associou às críticas proferidas por Camata, dizendo que recebe muitas reclamações de empresários em relação à morosidade do Cade. O senador Romeu Tuma (PFL-SP), relator do parecer sobre a indicação de Schuartz na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), assegurou que ele deu demonstração clara na sabatina realizada na CAE dos conhecimentos jurídicos e econômicos para exercer o cargo.



Plenário teve dia bastante movimentado, com votações de projetos e requerimentos

Plenário acata direito de o consumidor inspecionar produto no ato da compra

O Plenário do Senado Federal aprovou ontem substitutivo a projeto de lei da Câmara que altera o Código de Defesa do Consumidor (CDC) para garantir ao cliente a possibilidade de examinar o produto no ato da compra e na presença do fornecedor. Agora, a matéria (PLC 88/04) será votada em turno suplementar pelo Senado e, depois, volta a ser apreciada

pela Câmara dos Deputados, por ter sido modificada pelos senadores.

De acordo com o substitutivo apresentado pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO), o consumidor poderá escolher entre substituir o produto, ter abatimento no preço ou receber de volta a quantia paga se identificar defeito no produto.

Projeto facilita ação da polícia em reservas

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto do senador Augusto Botelho (PDT-RR) que autoriza as Forças Armadas e a Polícia Federal a entrar nas unidades de conservação, como parques florestais, mesmo sem pedir autorização aos órgãos responsáveis, como, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Hoje, o órgão responsável pela área deve expedir uma autorização, mesmo nas faixas de fronteira.

– O Exército ou a Polícia Federal não podem ficar esperando pela burocracia se tiverem que ir a uma área de fronteira onde pode estar ocorrendo uma atividade criminosa – argumentou Augusto Botelho.

O projeto autoriza não só a entrada de homens, como também de equipamentos e máquinas ou veículos de transporte. Se houver necessidade, essas forças poderão se estabelecer na área pelo tempo que for necessário. A proposição recebeu parecer favorável do relator, senador Aloizio Mercadante (PT-P), para quem “as unidades de conservação em faixa de fronteira são indispensáveis à segurança nacional”.

A proposta segue agora para exame da Câmara.

Programação monetária

Aprovada ontem pelo Senado a programação monetária do governo para os últimos três meses deste ano, na qual o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, afirma que o acirramento inflacionário iniciado no segundo semestre de 2004 já está controlado e, por isso, há espaço para que a taxa de juros continue a ser reduzida.

A programação monetária prevê a continuidade do ajuste fiscal das contas públicas.

Novos nomes para porto e hospital

Foi aprovado ontem pelo Senado projeto que altera a denominação do Porto de Sepetiba (RJ) para Porto de Itaguaí. O deputado Simão Sessim (PP-RJ), autor da proposta (PLC 33/05), disse que a mudança é uma antiga aspiração do povo de Itaguaí. Foi aprovado ainda projeto de lei da Câmara (PLC 44/05) que muda o nome do Hospital de Messejana (CE) para Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes.

Escolas profissionais mantidas pela União

O Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara (PLC 70/05) que libera a União da obrigatoriedade de criar novas unidades de educação profissional no país exclusivamente em parceria com estados, municípios, Distrito Federal, empresas ou organizações não-governamentais.

O relator Reginaldo Duarte (PSDB-CE) explicou que a proposta autoriza a União a assumir por conta própria a implantação dessas unidades, arcando sozinha com o ônus de sua manutenção.

Quintanilha apóia pedidos de prefeitos

Leomar Quinilha (PCdoB-TO) manifestou apoio aos prefeitos que estiveram ontem em Brasília em busca de uma solução para minimizar as dificuldades de seus municípios devido à falta de recursos. O senador ressaltou que o acréscimo de um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é pouco para resolver os problemas das prefeituras.

Atual prefeito de Uberaba e ex-ministro dos Transportes diz ter recebido R\$ 410 mil de Delúbio Soares e recorrido ao caixa dois em 11 campanhas eleitorais

Anderson Aduato confessa que recebeu dinheiro de Delúbio

Em depoimento na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Mensalão, o ex-ministro dos Transportes e atual prefeito da cidade mineira de Uberaba, Anderson Aduato (PL), afirmou que recebeu R\$ 410 mil de Delúbio Soares entre maio de 2003 e janeiro de 2004, quando ainda integrava o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele negou, porém, que o valor total do repasse tenha sido de R\$ 1 milhão, conforme declarações prestadas anteriormente à comissão pelo ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e pelo publicitário Marcos Valério.

O dinheiro teria sido repassado por Delúbio ao irmão do

ex-ministro, Edson Pereira de Almeida, e ao então chefe de gabinete do Ministério dos Transportes, José Luís Alves, segundo explicou Anderson Aduato. De acordo com ele, a verba foi usada para saldar "dívidas da campanha" a deputado federal de 2002 e para pagar "contas telefônicas, empréstimos e compromissos com companheiros em diversas cidades".

Ex-deputado federal e deputado estadual por quatro legislaturas, Anderson Aduato afirmou que desconhecia a existência de pagamento de "mensalão" a parlamentares e que tomou conhecimento de denúncias nesse sentido por meio da imprensa.

Ele também disse que recorreu a Delúbio na condição de ministro por uma "opção pessoal".

– Do ponto de vista ético e moral, estou tranquilo. Poderia ter resolvido meus problemas de campanha com os fornecedores do ministério, o meu cargo de ministro permitiria isso, tranquilamente – assinalou.

Para o deputado Júlio Redeker (PSDB-RS) e para a vice-relatora da comissão, deputada Zulaiê Cobra Ribeiro (PSDB-SP), Anderson Aduato agiu ilegalmente e cometeu crime de corrupção passiva ao receber recursos não-contabilizados de Delúbio Soares na condição de ministro dos Transportes.



Anderson Aduato (D) depõe na CPI do Mensalão, ao lado do senador Amir Lando e dos deputados Zulaiê Cobra e Paulo Baltazar

Ex-ministro admite uso de caixa dois em 11 campanhas

Anderson Aduato confirmou à CPI do Mensalão ter feito caixa dois (recebido recursos de origem não declarada) em 11 campanhas eleitorais.

Para a deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), esses atos configuram corrupção passiva e crime de responsabilidade. Segundo a deputada, Aduato deverá ser processado pelo Ministério Público devido às confissões feitas à co-

missão e poderá ser preso e ter o mandato de prefeito cassado.

O ex-ministro disse na reunião da CPI que usou o dinheiro do PT (R\$ 410 mil) para pagar dívidas da campanha para deputado em 2002, mas que não tem como comprovar os gastos. O valor não foi declarado ao Imposto de Renda nem à Justiça Eleitoral.

– O índice de informalidade na economia brasileira é muito alto

e isso se projeta na classe política – assinalou o ex-ministro.

Aduato afirmou que a classe política está sendo extremamente dura consigo própria e que essa atitude está correta, pois servirá "para dar exemplo". Ele observou, no entanto, que não tem conhecimento de nenhuma campanha política que consiga fechar as contas sem o uso de caixa dois.



Coletiva na CPI reúne Eduardo Paes (E), Delcídio Amaral, Osmar Serraglio e ACM Neto

CPI dos Correios reafirma que Visanet abasteceu valerioduto

O presidente, senador Delcídio Amaral (PT-MS), o relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), e três sub-relatores, deputados Gustavo Fruet (PSDB-PR), Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA) e Eduardo Paes (PSDB-RJ), da CPI dos Correios reagiram à entrega de documentos pelos advogados de Marcos Valério (*ver matéria abaixo*). Os parlamentares apresentaram à imprensa extratos bancários, notas fiscais e outros dados para comprovar a informação divulgada pelo relator de que R\$ 10 milhões da Visanet teriam abastecido o esquema de distribuição de recursos de Valério.

O objetivo da entrevista foi detalhar a seqüência de movimentações que revelam o rastro do dinheiro desde a Visanet até o valerioduto: depósito dos R\$

10 milhões na conta da DNA Propaganda (empresa de Valério) no banco BMG em abril de 2004 e compra, no mesmo valor, de CDBs, que seriam logo a seguir oferecidos como garantia para empréstimo de Valério. A conclusão é que se tratava de empréstimo de fachada, direcionado ao PT.

O relator apresentou nota fiscal da DNA não reconhecida pela Receita Federal, de R\$ 6,454 milhões, valor exato do pagamento, realizado antecipadamente, pela Visanet por serviço de publicidade. Isso seria um indício de que a empresa recebeu por serviços não executados. Serraglio desqualificou os documentos entregues ontem por Valério, afirmando que as empresas dele, Graffiti e SMP&B, nem sequer dispõem de livros contábeis, e a DNA só registrou o seu em setembro.

Advogado de Marcos Valério entrega documentos a comissão

Ao final da manhã de ontem, o presidente da CPI do Mensalão, senador Amir Lando (PMDB-RO), recebeu do advogado Paulo Sérgio Abreu e Silva, representante do empresário Marcos Valério, documentos que, segundo o advogado, comprovam que a DNA Propaganda é credora do Fundo de Incentivo Visanet.

Em entrevista coletiva, assim que recebeu a documentação do advogado, Amir Lando disse que, com os documentos, fica estabelecido o contraditório – entre defesa e acusação – comum a

todo processo.

– A CPI verificará a autenticidade dos documentos e analisará os argumentos da defesa da mesma forma que faz com as acusações – assinalou o senador.

O advogado afirma, na petição entregue ao presidente da CPI, que o objetivo dos documentos é "refutar as maliciosas e inverídicas notícias divulgadas nos últimos dias, referentes às possíveis irregularidades nos repasses de verbas pela Visanet para uma de suas empresas, a DNA Propaganda Ltda., em março de 2004".

Tuma nega que tenha discutido com Ideli e explica doação

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) negou ontem que tenha havido uma discussão entre ele e a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) durante reunião da CPI do Mensalão a respeito da empresa InterBrasil, conforme boatos de

corredores. De acordo com o senador, na reunião da CPI, na qual não estava presente, a senadora perguntou a integrantes da empresa se esta havia contribuído para alguma campanha eleitoral. Apesar da resposta negativa,

disse Tuma, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou que ele havia recebido contribuição da InterBrasil no valor de R\$ 3 mil.

Tuma confirmou a informação do jornal, mas explicou que o dinheiro foi doado legalmente,

com contra-recibo que está em seu poder. Ele acrescentou que os dados constam de sua declaração de campanha no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e se colocou à disposição da CPI para mostrar a documentação.



Romeu Tuma coloca-se à disposição da CPI para mostrar documentação

Processo da Interbrazil foi correto, diz Garcia

O titular da Superintendência de Seguros Privados (Susep), René Garcia, negou ontem, em depoimento à CPI Mista dos Correios, que tenha sido omissivo ou demorado a realizar a intervenção na seguradora Interbrazil. Disse que a empresa vem sofrendo investigação desde 2003 e que a demora de quase dois anos para a liquidação é considerada normal. Também informou que a Susep não interfere nas relações comerciais entre as seguradoras, o que permitiu que a Interbrazil continuasse atuando no mercado mesmo com irregularidades.

O senador César Borges (PFL-BA) considera que a Susep não cumpriu seu papel e que Garcia não foi corrupto, mas omissivo.

Abrapost nega irregularidades

A presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Empresas Prestadoras de Serviços Postais (Abrapost), Emily Fukuda Yamashita, negou ontem, em depoimento à Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios, que haja irregularidades no sistema de franquias da estatal.

Segundo o deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), sub-relator de Contratos, há denúncias de deferimento de uma migração indevida de clientes beneficiando alguns franqueados. Além disso, algumas dessas franquias teriam por titulares "laranjas" de políticos.

Membro do PT gaúcho dá novo valor a repasse

O secretário de finanças do diretório estadual do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul, Marcelino Pies, confessou à CPI Mista do Mensalão ter recebido R\$ 1,05 milhão da empresa SMP&B, do empresário Marcos Valério, e não R\$ 1,2 milhão, conforme disse o empresário, o que foi confirmado por Delúbio Soares, ex-tesoureiro nacional do partido.

Segundo Pies, o dinheiro teria sido repassado em cinco parcelas, de junho a outubro de 2003, sendo a primeira no valor de R\$ 200 mil. Para o relator da CPI, deputado Ibrahim Abi Ackel (PP-MG), há uma clara contradição entre Pies e Delúbio Soares, que havia dito que os recursos se destinavam à campanha eleitoral de 2004.

Senador argumenta que recente contratação de consultorias pode ajudar no exame de documentos e na identificação de provas que possibilitem a punição dos culpados

Agripino defende prorrogação dos trabalhos da CPI dos Correios

José Agripino Maia (PFL-RN) comunicou ao Plenário que foi protocolado no Congresso Nacional requerimento de 32 senadores e 205 deputados solicitando a prorrogação dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios por mais 120 dias. O senador disse que, se o requerimento não for aprovado, seu partido entrará com pedido de criação de uma CPI dos Correios própria do Senado.

De acordo com o senador pelo Rio Grande do Norte, a necessidade de prorrogar os trabalhos decorre da recente contratação de consultorias, que, com seu auxílio técnico, podem ajudar



Agripino condena manobras para evitar o exame do pedido de ampliação de prazo

no exame dos documentos de posse da comissão de inquérito, na busca de provas documentais que possibilitem a efetiva punição dos culpados.



Virgílio: alguém imaginaria que o PT processaria uma revista em um país livre?

Virgílio protesta contra decisão do PT de processar a Veja

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), protestou ontem contra a decisão do Partido dos Trabalhadores de processar a revista *Veja*. O senador estranhou que o móvel do processo tenha sido o fato de a revista trazer uma série de capas com denúncias de corrupção e irregularidades envolvendo o PT e não o conteúdo interno das matérias.

Arthur Virgílio considerou grave a atitude do PT e perguntou se alguém poderia imaginar "um PT moralista processando uma revista em um país livre". O senador ressaltou que a revista apenas publicou informações fornecidas por pessoas que fizeram denúncias de irregularidades em que o partido estaria envolvido, como Rogério Buratti e Vladimir Poletto.

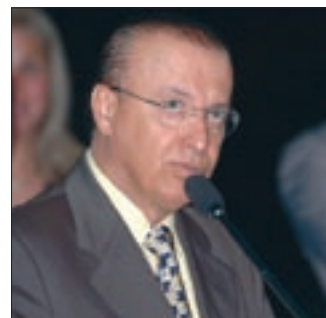
– Mas o PT não tem coragem de processá-los porque tem o rabo preso – disse o senador.

Valadares apóia carreira de defensores públicos federais

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) endossou pleito dos defensores públicos federais pela efetiva implantação da carreira, prevista na Constituição federal de 1988, em todo o território nacional. Segundo informou, a Defensoria Pública da União conta hoje com apenas 112 cargos, dos quais 96 estão preenchidos. O parlamentar observa que essa estrutura é insuficiente para atender aos milhões de brasileiros carentes que dependem da assistência judiciária gratuita.

– A causa é justa e requer providências urgentes. A Constituição deu novo *status* à assistência judiciária, delegando ao Estado papel de indutor da cidadania. A defensoria pública é essencial à função jurisdicional, ajudando a promover a igualdade entre os cidadãos e a aprimorar a Justiça – disse.

Conforme dados do Ministério da Justiça, citados por Valadares, a instituição contabilizou 106 mil atendimentos no primeiro semestre deste ano, contra 67 mil realizados no mesmo período de 2004. A expectativa da Defensoria Pública da União é chegar ao final de 2005 com mais de 200 mil atendimentos realizados nos 24 núcleos instalados no país.



Valadares defende o deputado Gilmar Carvalho, que teve o site violado

Senador denuncia atentado à liberdade

Em discurso no Plenário na segunda-feira, Antônio Carlos Valadares denunciou atentado à liberdade de imprensa ocorrido em Sergipe. Trata-se da invasão do site NeNotícias, do deputado estadual, jornalista e radialista Gilmar Carvalho, de seu partido. Ao acessar o NeNotícias, o internauta era remetido a outro site apócrifo que apresentava um jornal com ofensas ao deputado.

O senador afirma que não acusou o governador de Sergipe, João Alves Filho, de ser o responsável pela atitude de violar a liberdade de imprensa, mas resalta que a sociedade sergipana repudia qualquer medida contra Gilmar Carvalho.

Habeas corpus evita oitiva de Sílvio Pereira

O ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira não compareceu ontem à CPI dos Bingos para prestar depoimento, resguardado por *habeas corpus* concedido pelo ministro Marco Aurélio de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF).

– Mais uma vez Sílvio Pereira se escondeu e não quis prestar depoimento por temer as consequências – reagiu o presidente da CPI, senador Efraim Moraes (PFL-PB), ao anunciar nova convocação para a próxima semana.

Os membros da CPI querem saber se o ex-secretário irá confirmar declarações dadas à *Folha de S. Paulo* – desmentidas dias depois – de que a direção do PT sabia da existência do caixa dois.

Antonio Carlos critica decisão do Supremo

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que concedeu *habeas corpus* em favor do ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira. A medida foi considerada uma interferência indevida do STF em decisões do Congresso.

– Não podemos ficar desmoralizados com atitudes que o Supremo toma – afirmou.

Antonio Carlos fez apelo ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para que entre em contato com o presidente do STF, Nelson Jobim, a fim de evitar atritos entre os dois Poderes.

Deputado nega sinais de tortura em prefeito

O médico e deputado federal Jamil Murad (PCdoB-SP) relatou, em depoimento ontem à CPI dos Bingos, detalhes da autópsia no cadáver de Celso Daniel, prefeito de Santo André (SP) assassinado em 2002. Murad, que acompanhou as sete horas da necropsia, informou que não viu sinais de tortura no corpo do prefeito. Por não ser legista nem especialista em investigação criminal, ele disse que não podia afirmar que a tese de tortura seja falsa.

Na opinião dos senadores Efraim Moraes (PFL-PB) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), presidente e relator da comissão respectivamente, o depoimento não trouxe grande contribuição para as investigações.

Para senador, crescimento econômico, elogiado pelo presidente Lula, resulta do trabalho de governos anteriores e ainda está aquém da média internacional

José Jorge: crescimento não decorre de ações do governo

O senador José Jorge (PFL-PE) criticou ontem as declarações do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, segundo as quais o atual crescimento econômico brasileiro é o maior dos últimos 20 anos. Para o líder da Minoria, o crescimento é incontestável, mas trata-se de resultado das reformas econômicas empreendidas pelos governos anteriores e não das iniciativas do governo petista.

– Se há algum mérito na política econômica petista, este merecimento é decorrente de que a nova administração econômica deu seqüência às bases implantadas pelo ministro Pedro Malan – opinou José Jorge.

No entendimento do senador pernambucano, o crescimento e

Fotos: Rosewell Pinheiro



José Jorge cobra presença do ministro Antonio Palocci na CPI dos Bingos

os índices brasileiros ainda estão aquém da média internacional. Para ele, isso se deve à má administração dos fundamentos herdados, à adoção de uma política de juros extorsivos, ao

abuso na formação de superávits primários e à incapacidade de gestão do atual governo em executar o Orçamento aprovado no Congresso.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) atribuiu o crescimento econômico aos esforços do setor produtivo nacional e da sociedade brasileira.

José Jorge cobrou ainda a presença do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos para esclarecer as acusações sobre a chamada “operação Havana” e o suposto esquema de arrecadação de propinas para o Partido dos Trabalhadores, à época da gestão de Palocci à frente da prefeitura de Ribeirão Preto (SP).

Aloizio Mercadante destaca os resultados da política econômica

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), contestou a análise feita pelo senador José Jorge (PFL-PE), segundo a qual a economia brasileira poderia estar crescendo a um ritmo mais rápido e que os juros são muito altos.

Mercadante lembrou que o crescimento da economia foi de 4,9% em 2004 e deverá ser de 3,5% neste ano, enquanto em 1998 foi de 0,13%; em 2001, foi de 1,3%; e em 2002, 1,9%. Ele disse que ao longo dos últimos 20 anos o Brasil cresceu abaixo da média de outros países

emergentes, como a China, mas argumentou que desde o ano passado o ritmo de crescimento foi acelerado.

O senador afirmou ainda que a queda da inflação aumenta o poder de compra dos trabalhadores. Mercadante frisou que a taxa de juros era de 27,5% quando o atual governo tomou posse, sendo de 19% atualmente.

– A vinda do ministro Palocci no próximo dia 22 à Comissão de Assuntos Econômicos vai permitir aprofundar esse debate – comentou o senador.

O líder do governo observou



Mercadante afirma que juros baixaram de 27,5% para 19% no atual governo

ainda que a CPI dos Correios deveria ser prorrogada apenas se não conseguisse concluir seus trabalhos até 15 de dezembro. Para ele, é preciso priorizar as votações. A oposição já apresentou requerimento solicitando a prorrogação da CPI até abril.

Osmar Dias vê problemas em dois setores econômicos

Osmar Dias (PDT-PR) acusou o presidente Lula e o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, de estarem desinformados em relação à agricultura e à indústria nacionais. Embora suas declarações sinalizem que vai tudo bem nos dois setores, o parlamentar revelou dados de levantamento do Instituto Bra-



Para Osmar Dias, realidade da agricultura e da indústria é motivo de preocupação

sileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que apontam queda de 2% na produção industrial

entre agosto e setembro.

Enquanto as altas taxas de juros, a desvalorização do câmbio e a redução do consumo explicariam a baixa no desempenho industrial, a agricultura sofreria com a elevada taxa de insu- mos, a queda na cotação do dólar e a falta de crédito.

Na agropecuária, foram gerados cerca de 219 mil empregos entre janeiro e julho deste ano, uma redução de 19% em relação ao mesmo período de 2004.

– Isso é o que está fazendo o governo Lula – advertiu.

Obras dos Jogos Pan-Americanos emperram votação do Orçamento

A deputada federal Laura Carneiro (PFL-RJ) anunciou na Comissão Mista de Orçamento (CMO) que tentará evitar a votação do relatório preliminar do projeto do Orçamento 2006, marcada para hoje, se o BNDES não liberar recursos para as obras dos Jogos Pan-Americanos de 2007, no Rio.

O BNDES estaria dificultando a concessão de empréstimos ao consórcio privado encarregado da construção do velódromo, do parque aquático e da arena poliesportiva. Conforme a deputada, o banco também não autorizou um financiamento de quase R\$ 200 milhões para a prefeitura do Rio, destinados a melhorias nos acessos aos locais dos jogos.

Os parlamentares ainda pressionaram o relator-geral, deputado Carlito Merss (PT-SC),

para que seja aumentado o valor das emendas individuais. Já os problemas resultantes dos re-passes da Lei Kandir estão quase resolvidos, com a destinação do mesmo valor previsto para este ano – R\$ 4,3 bilhões.

Apesar do impasse no Orçamento, a CMO conseguiu votar ontem, por acordo partidário, três pedidos de crédito feitos pelo presidente da República, no valor de R\$ 669 milhões, beneficiando os ministérios da Defesa, da Educação e do Trabalho. No caso da área militar, o dinheiro será usado no projeto Sivam e na compra de aeronaves para a Aeronáutica e para a instalação de um sistema de torpedos para a Marinha. Os recursos para o Ministério do Trabalho (R\$ 41,8 milhões) serão empregados no programa Primeiro Emprego.

Lúcia Vânia pede solução de impasse na Lei Kandir

Lúcia Vânia (PSDB-GO) fez um apelo, ontem, ao relator da Comissão Mista de Orçamento, deputado Carlito Merss (PT-SC), para que solucione o impasse sobre os ressarcimentos aos estados exportadores previstos na Lei Kandir, para viabilizar a votação da Lei Orçamentária Anual (LOA).

A senadora explicou que, enquanto os estados estimavam receber cerca de R\$ 10 bilhões no próximo ano, o governo pretende destinar apenas R\$ 4,3 bilhões no projeto da LOA e ainda se recusa a pagar R\$ 900 milhões



Lúcia Vânia defende o pagamento de dívida de R\$ 900 milhões com estados

referentes ao exercício deste ano. Ela defendeu sugestão do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) de aceitar discutir a previsão orçamentária de R\$ 4,3 bilhões para 2006 desde que a dívida de R\$ 900 milhões seja sanada.

Heloísa condena execução de verbas da segurança

Heloísa Helena (PSOL-AL) criticou, ontem, a execução orçamentária do governo federal no setor de segurança pública. Ela lamentou que o governo não tenha conseguido até agora implementar o projeto de criação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), que tem como objetivo integrar municípios, estados e União no combate ao crime, com a formação de um banco de dados de segurança comum.

A senadora censurou ainda o Congresso Nacional por não cumprir inteiramente seu dever de fiscalizar a execução orçamentá-



Congresso não cumpre inteiramente o dever de fiscalizar o Executivo, diz Heloísa

ria do governo.

– Muitas vezes os parlamentares, em vez de cumprirem suas obrigações constitucionais de fiscalizar os atos do Executivo, se predispõem a ser transformados em mercadorias a serviço do Palácio do Planalto – afirmou Heloísa Helena.

Geraldo Magela



Ao lado de Merss, relator do Orçamento para 2006, Patrícia cobra aumento de verba

Criança não tem prioridade no Orçamento, diz Patrícia Saboya

A senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) afirmou ontem que as crianças brasileiras “ainda não conquistaram o lugar que merecem” nas preocupações dos governantes e cobrou do governo prioridade para os gastos com crianças e adolescentes durante a elaboração do Orçamento. Citando dados do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc), a senadora criticou o gasto *per capita* de apenas R\$ 260,36, realizado pelo governo nos nove primeiros meses de 2005.

– Isso significa uma média de R\$ 28,9 por mês para cada menino e menina do Brasil, menos de R\$ 1 por dia – protestou.

A senadora considerou irrisório o montante de R\$ 28 bilhões – representando apenas 1,75% do total – destinados no Orçamento de 2005 a gastos com crianças, em áreas como educação, saúde

e cultura.

Patrícia recebeu apoio dos senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Ramez Tebet (PMDB-MS), He-loísa Helena (PSOL-AL), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Reginaldo Duarte (PSDB-CE).

Emendas

A Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente, coordenada por Patrícia Saboya, se reuniu ontem para discutir o Orçamento Criança de 2006. O presidente do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, José Fernando da Silva, apresentou dez emendas, totalizando R\$ 1,6 bilhão.

Segundo o relator da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Carlito Merss (PT-SC), as principais emendas a serem aprovadas são relativas às áreas de educação, esportes e direitos humanos.

Roosevelt Pinheiro



Segundo Reginaldo Duarte, a Biblioteca Lustosa da Costa contará com 50 mil livros

Reginaldo anuncia inauguração de biblioteca em Sobral

Reginaldo Duarte (PSDB-CE) anunciou ontem a inauguração de uma biblioteca pública municipal em Sobral, no Ceará. A Biblioteca Lustosa da Costa será inaugurada no próximo sábado. De acordo com o parlamentar, terá um acervo de 50 mil livros e deverá disponibilizar jornais e revistas para consulta, além de 16 computadores para acesso à Internet.

Lustosa da Costa, que morou muitos anos em Sobral, é jornalista e escritor.

Roosevelt Pinheiro



União não pode tributar ilhas costeiras que são sedes de municípios, diz Camata

Camata protesta contra taxas cobradas em Vitória

Gerson Camata (PMDB-ES) protestou contra taxas cobradas pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) dos moradores de Vitória. Ele argumentou que a cobrança é ilegal.

O senador explicou que a Emenda Constitucional 46, promulgada em 2005, excluiu do patrimônio da União as ilhas costeiras nas quais existem sedes de municípios, como é o caso de Vitória. Com a alteração, os moradores não poderiam mais ser tributados pela SPU.

Senador teme que flexibilização da utilização de remédio, proposta pela Anvisa, aumente casos de má-formação em fetos. Vítimas da droga pedem campanhas de esclarecimento

Viana quer mais discussão sobre mudança no uso da talidomida

O senador Tião Viana (PT-AC) prestou ontem seu apoio ao Conselho Nacional de Saúde, que determinou a interrupção imediata do processo de consulta pública realizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre mudança nas regras para o uso da talidomida. A Anvisa propõe a flexibilização de mecanismos relativos ao remédio, que é usado para o tratamento da hanseníase, Aids e alguns tipos de câncer, mas pode causar

má-formação em fetos quando utilizado durante a gravidez.

O conselho recomenda que seja constituído um novo grupo de trabalho, mais amplo que o anterior, que não incluiu representantes da Associação Brasileira dos Portadores da Síndrome da Talidomida, do Movimento dos Portadores da Hanseníase e de entidades de trabalhadores da saúde.

Viana argumenta que o aumento do uso da talidomida

pode ocasionar o aparecimento de mais vítimas da droga, sendo necessária uma discussão com os setores ligados ao assunto. Caso contrário, disse, pode resultar em uma visão parcial da questão. O senador lembrou que o *Jornal Nacional*, da TV Globo, noticiou na terça-feira que uma nova vítima da droga nasceu em Rondônia, filho de hanseniano, com gravíssimas má-formações, “o que demonstra a atualidade do problema”.

Remédio causa má-formação dos fetos

A substância talidomida foi desenvolvida em 1954, na Alemanha, para ser utilizada como sedativo. O medicamento, no entanto, acabou sendo usado em larga escala por mulheres grávidas, no final da década de 50 e no início da de 60, com o objetivo de combater o enjôo. Só em 1961 foi descoberto que o medicamento causa má-formação dos fetos – aproximação de braços ou pernas junto ao tronco. Constatou-se ainda que o remédio, quando utilizado durante a gravidez, pode causar defeitos visuais, auditivos, da coluna vertebral e, em casos mais raros, deformidades no tubo digestivo e problemas cardíacos. As informações são da Associação Brasileira de Portadores da Síndrome da Talidomida (ABPST).

Devido aos milhares de casos em todo o mundo, em 1961 o medicamento começou a ser retirado do mercado, o que no Brasil ocorreu em 1965. Porém, o remédio voltou a ser utilizado após a constatação de que tem efeito benéfico sobre doenças como hanseníase e Aids. Segundo representantes da ABPST, ainda não há pesquisas que assegurem o período de eliminação da substância do organismo.

Jone Araújo



Vítimas da talidomida pedem apoio a Tião Viana para mudar lei sobre uso do remédio

População deve ser esclarecida sobre risco do consumo da droga

Representantes de associações internacionais de portadores da síndrome da talidomida foram recebidos ontem pelo vice-presidente do Senado, Tião Viana. As entidades defendem o aperfeiçoamento da legislação para que as bulas dos remédios e as campanhas informativas do governo esclareçam a população sobre os riscos do consumo do medicamento.

Com a finalidade de conscientizar a população e evitar o surgimento de mais vítimas da talidomida, Tião Viana considera que as campanhas realizadas em nível nacional devem mencionar os efeitos colaterais do remédio.

– O trabalho que as pessoas vítimas da talidomida têm desenvolvido no Brasil é merecedor de respeito histórico e de reconhecimento por ser uma das mais exemplares lutas a favor dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana. A prevenção está nas mãos do po-

der público, da sociedade civil, dos meios de comunicação e do Poder Legislativo, na regularização da matéria – observou o parlamentar.

A presidente da Associação Brasileira de Portadores da Síndrome da Talidomida, Cláudia Maximino, ressaltou que a entidade não é contra o uso do medicamento, mas considera importante que as pessoas que precisam do remédio conheçam os possíveis efeitos danosos. Cláudia, que é uma das vítimas das consequências da droga, informou ainda que a síndrome atinge aproximadamente 15 mil pessoas em todo o mundo.

– O mundo todo está preocupado, enquanto o Brasil ainda não. Eu gostaria que o país revisse a questão dos direitos humanos porque o mundo inteiro reconhece e indeniza essas pessoas. O Brasil é o único país em que a pessoa tem que recorrer à Justiça para conquistar seus direitos – disse Cláudia.

Votação do substitutivo a projeto de Paulo Paim foi agilizada para que matéria possa ser aprovada e entrar em vigor até o dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra

Comissão de Justiça aprova Estatuto da Igualdade Racial

Sonho de longa data do senador Paulo Paim (PT-RS), o Estatuto da Igualdade Racial foi aprovado ontem, por aclamação, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Tudo foi feito para apressar a votação do substitutivo de Rodolpho Tourinho (PFL-BA), apreciado em decisão terminativa. O presidente da CCJ, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), obteve a aprovação dos demais senadores para extinguir o interstício de prazo para o turno suplementar de votação e assegurou o segundo exame da proposta na mesma reunião.

A mobilização teve como objetivo apressar o envio da proposta (PLS 213/03) à Câmara, onde também há entendimentos para que o estatuto seja votado rapidamente. A intenção é assegurar a sanção da matéria até 20 de novembro, a tempo das comemorações do Dia da Consciência Negra – data da morte do herói negro Zumbi. O substitutivo acolhido, segundo o relator, mantém os aspectos principais defendidos por Paim na proposta



Estatuto proposto por Paim tramitou no Senado por cerca de 18 meses

original. Prevê mecanismos indutores da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho e institui o sistema de cotas em favor da população afro-brasileira nas universidades públicas, além de meios para garantir visibilidade aos afrodescendentes nos meios de comunicação.

Outro ponto importante é a previsão do Fundo de Promoção da Igualdade Racial, para financiar as ações previstas no estatuto. Há ainda mecanismos para melhorar as condições de acesso dos negros à Justiça e

inovações que foram negociadas com o Executivo federal, entre as quais marcos para o reconhecimento das terras ocupadas pelos remanescentes dos quilombos.

Audiências

O estatuto tramitou no Senado por cerca de 18 meses, tendo passado pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS), onde foram realizadas audiências públicas para o debate da matéria com representantes da comunidade negra e do governo, entre outros segmentos. A ideia do estatuto, contudo, vem sendo trabalhada por Paim desde 2002, quando apresentou proposta semelhante na Câmara, onde ainda tramita. Com sua eleição para o Senado, retomou a iniciativa, apostando numa tramitação mais rápida. Isso porque, ao chegar agora na Câmara como projeto do Senado, será examinado com prioridade.

– O estatuto é a verdadeira carta de alforria do povo negro – diz Paim sempre que tem oportunidade de falar de seu projeto.

▼ Sibá comemora decisão a favor da proposta de Paulo Paim

Sibá Machado (PT-AC) saudou a aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), ontem, de substitutivo do senador Rodolpho Tourinho a projeto de Paulo Paim que cria o Estatuto da Igualdade Racial. Sibá espera que a Câmara aprove logo a matéria e

que o presidente Lula a sancione até o próximo dia 20, quando o Senado realizará sessão especial em homenagem à memória do líder negro Zumbi dos Palmares.

Ao mesmo tempo em que registrou sua satisfação com o acolhimento da proposta, Sibá relacio-

nou uma série de medidas legais, editadas pelo governo brasileiro no século 19, destinadas a coibir a segregação racial no país. O senador disse ainda esperar que o dia de louvação ao negro no Senado já transcorra com o Estatuto da Igualdade Racial em vigor.

Correspondência de preso poderá deixar de ser inviolável

A correspondência de presos deixará de ser inviolável. É o que determina projeto de lei de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta autoriza a interceptação da correspondência remetida ou recebida de presos condenados ou provisórios, para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal, mas estabelece que o conteúdo da carta seja mantido em sigilo, sob pena de responsabilização penal.

Durante a discussão da matéria (PLS 11/04), Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que o projeto



Tourinho propõe, no entanto, que conteúdo da carta seja mantido em sigilo

fere o princípio da inviolabilidade da correspondência garantido na Constituição federal e sugeriu que o assunto fosse repensado.

Para justificar a proposta, Tourinho citou entendimento do Supremo Tribunal Federal, que, ao se posicionar sobre o assunto, afirmou que “a cláusula tutelar da inviolabilidade do sigilo epistolar não pode constituir instrumento de salvaguarda de práticas ilícitas”.

O relator, Demostenes Torres (PFL-GO), ao apresentar parecer favorável ao projeto, acolheu emenda de Aloizio Mercadante (PT-SP) determinando que a interceptação e a análise da correspondência de preso devem ser comunicadas e justificadas ao Poder Judiciário.

Reforço no combate a crimes contra a administração pública

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem dois projetos de lei que visam reforçar o combate a crimes contra a administração pública. De autoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM), ambos receberam decisão terminativa. O primeiro (PLS 257/02) enquadra o uso de publicidade oficial para promoção pessoal de agente público como ato de improbidade administrativa e crime de responsabilidade.

Ao justificar o projeto, Jefferson lembra que a Constituição federal já estabelece a proibição de utilizar publicidade pública para promoção pessoal, mas, devido a inúmeros casos de desrespeito a essa regra, é preciso que haja norma que tipifique como ilícita essa prática. Para o relator da matéria, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), a proposta reforça o preceito pelo qual “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”.

Agentes políticos

O segundo projeto insere no Código Penal os agentes políticos entre os autores de crimes contra a administração pública sujeitos a ter a pena aumentada em um terço (PLS 28/05). A proposição atingirá os chefes do Poder Exe-



Há inúmeros casos de desrespeito ao que determina a Constituição, diz Jefferson

cutivo e seus auxiliares diretos, os membros dos Poderes Judiciário e Legislativo, dos Tribunais de Contas, do Ministério Público e os chefes de missões diplomáticas de caráter permanente.

Pela atual legislação, somente têm a pena aumentada em um terço os ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público. Jefferson explica que, hoje, o prefeito que praticar crime de peculato está sujeito a punição mais branda que o servidor ocupante de função de direção ou assessoramento que venha a cometer o mesmo delito.

CCJ decide sobre projeto que torna obrigatório voto em trânsito

Os eleitores em trânsito no dia da eleição serão obrigados a votar se estiverem em locais atendidos pela Justiça Eleitoral. É o que estabelece substitutivo de Tasso Jereissati (PSDB-CE) aprovado ontem em turno suplementar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto recebeu decisão terminativa.

O substitutivo foi elaborado a partir do PLS 207/04, do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), incorporando também alterações propostas em outros três projetos de lei que tramitavam em conjunto: o PLS 195/02, do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR); o PLS 339/04, do senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM); e o PLS 361/04, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

O texto aprovado acrescenta novos artigos ao Código Eleitoral Brasileiro determinando a obrigatoriedade do voto para todos os brasileiros que se encontrem fora de seu domicílio eleitoral. Para isso, determina também que a Justiça Eleitoral efetue, de forma progressiva, as mudanças necessárias no sentido de se adequar à nova legislação.



Substitutivo de Jereissati foi aprovado em decisão terminativa da comissão

O substitutivo de Tasso Jereissati indica uma ordem de prioridade a ser seguida pela Justiça Eleitoral ao se preparar para possibilitar o voto em trânsito, a começar pelas eleições para presidente e vice-presidente da República, seguidas pelas eleições estaduais e municipais.

Para os cargos de governador, vice-governador, senador, deputado federal e deputado estadual, a votação obedecerá a duas regras: uma para o eleitor que, fora do seu domicílio eleitoral, estiver em município incluído nos limites da circunscrição dessas eleições e outra para o eleitor que se encontrar fora desses limites.